

# A ORGANIZAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE TABACO PELO MODELO ESTRUTURA-CONDUTA-DESEMPENHO

## **Eixo Temático: Microeconomia, Economia Industrial e Economia da Inovação**

Tanise Dias Freitas – Pós-doutoranda em Economia & Desenvolvimento/UFSM;  
Dienifer Regina Fortes Stort – Graduanda em Economia/UFSM;  
Diogo Alberto de Moraes – Graduando em Economia/UFSM;  
Júlio Eduardo Rohenkohl – Prof. do Dpto de Economia e Relações Internacionais e do PPGE&D/UFSM.

**Resumo:** Este artigo insere-se nas discussões da Economia Industrial, tendo como objeto de estudo a Indústria de Tabaco no Brasil. O objetivo foi fazer uma caracterização do setor industrial de tabacos no Brasil, com base na Teoria de Estrutura-Condução-Desempenho (ECD), sendo este um ponto de partida para a construção do estado da arte setorial. A metodologia deu-se a partir de um levantamento bibliográfico e histórico de informações sobre a estruturação deste setor, a relação com as atuais políticas regulatórias do consumo e produção. Ainda, utilizaram-se os dados da Pesquisa Industrial Anual e RAIS para construção de indicadores estruturais do mercado. Por fim, construíram-se dossiês corporativos da conduta das principais empresas multinacionais mediante a consulta dos relatórios anuais para investidores, artigos acadêmicos e jornalísticos. Os resultados mostraram que há um movimento de redução da fabricação de cigarros em paralelo à redução na concentração das quatro maiores concorrentes; desenvolvimento de novos produtos para enfrentamento de regulações e significativas barreiras à entrada na indústria de tabaco brasileira

**Palavras-chave:** Economia Industrial; Estrutura-Condução-Desempenho; Indústria do Tabaco;

**Abstract:** This article is inserted in the discussions in the field of Industrial Organization, focusing on the study of the Tobacco Industry in Brazil. The objective was characterize the tobacco industry in Brazil, based on the Structure-Conduct-Performance Theory (SCP), which works as a starting point to construct the cutting-edge sector. The methodology consists in a bibliographic and historical survey of informations about the sector's structure, it's relationships with the current consumption and production regulatory policies. Furthermore, data from the Annual Industrial Survey and RAIS (Annual List of Social Information) were used to generate market structure indexes. Ultimately, corporate dossiers, analyzing the conduct of multinational corporations, were made after a review of annual reports for investors and academic and journalistic articles. The results showed that there is a movement of reduction of the manufacture of cigarettes in parallel to the reduction in the concentration of the four major competitors; the development of new products to deal with regulations and significant barriers to entry into the Brazilian tobacco industry

**Key-words:** Industrial Organization; Structure-Conduct-Performance; tobacco industry

## 1. INTRODUÇÃO

A indústria de beneficiamento de tabaco no Brasil é constituída por dois segmentos. O primeiro chamado de Processamento Industrial de Fumo (CNAE 2.0, classificação 12.1) que se dedica à venda de tabaco em folhas, organiza o suprimento agrícola de folhas de tabaco, processa-as e vende aos fabricantes de cigarros e de outros artigos de fumo (rapé, fumo de mascar, charutos) sendo um segmento fortemente exportador. O segundo, definido na CNAE 2.0 como Fabricação de Produtos de Fumo (12.2), fabricando cigarros e demais artigos de fumo.

Dentre os complexos agroindustriais brasileiros, o tabaco destaca-se há muitos anos pela sua importância como setor exportador e como empregador de mão de obra familiar rural, tendo muito apoio das políticas de industrialização entre os anos de 1960 e 1980 com a entrada de multinacionais no país para fabricação de cigarro e beneficiamento das folhas. No entanto, atualmente o setor tem enfrentado desestímulos governamentais ao consumo de cigarros tanto pela contrapropaganda governamental ao *merchandising* veiculado pelas empresas de cigarros, como pela progressiva tributação do consumo.

No plano internacional, nas últimas décadas, houve movimentos pela redução do consumo de cigarros e de sua produção a partir da discussão de seus efeitos sobre a saúde dos consumidores, dos trabalhadores e dos impactos sobre o meio ambiente no que se refere a toda cadeia do tabaco. Estes movimentos políticos e sociais causaram impactos na maneira como se dá a produção e a distribuição no setor. Entretanto, o setor industrial é estruturalmente internacionalizado e tem se constituído predominantemente por *players* de atuação global, o que vem permitindo uma reformulação deste setor. A atenção aos fundamentos concorrenciais, nos marcos das economias capitalistas de mercado, tem sido menores (Gereffi, 2014).

Entender a organização da indústria do tabaco no Brasil justifica-se pela importância de renda gerada por este setor, bem como pela discussão específica sobre a estruturação industrial e a nova configuração internacional dessa indústria, em que pese também especificidades sistêmicas nacionais para o desenvolvimento da indústria de transformação nacional. Diante deste contexto, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma caracterização do setor industrial de tabacos no Brasil. Tal caracterização está substantiada na teoria de Estrutura-Condução-Desempenho (ECD), sendo este um ponto de partida para a construção do estado da arte setorial.

Para tanto, a metodologia deu-se inicialmente por um levantamento bibliográfico e histórico sobre a estruturação do setor de tabaco no Brasil e a relação com as atuais políticas regulatórias do consumo e produção. Com base nestas informações, buscou-se criar indicadores dentro da abordagem ECD a partir do banco de dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA), dos anos 1996 até 2014, e de emprego nas empresas de fabricação de cigarros da RAIS, dispostas por município, para o intervalo de 2006 a 2015, bem como informações das empresas atuantes no Brasil.

## 2. TEORIA E MÉTODO

### 2.1. O modelo Estrutura-Conduto-Desempenho para Indústria de Tabacos

A teoria de Estrutura, Conduta e Desempenho pode ser entendida como um ponto de partida do estado da arte setorial dada a sua consolidação decorrente de inúmeros estudos de casos em Organizações Industriais (Mason, 1939; Marion-Filho, 1997; 2011; Fiegenbaum, 2013) bem como pela possibilidade de obter indicadores nacionais que dialoguem com as suas proposições. Com base em Fiegenbaum (2013) a origem do paradigma Estrutura-Conduto-Desempenho (ECD) decorre da publicação do artigo de Edward Mason “Price Production Policies of Large-Scale Enterprise” de (1939), que tinha como escopo a classificação de firmas de acordo com estruturas e condições similares de mercado. Através dos estudos de casos realizados pelo autor, tornou-se cada vez mais evidente a necessidade de compreender o funcionamento dos mercados para além dos estudos sobre insumo-produto ou pela Teoria dos Preços.

Joe Bain e de Paolo Sylos-Labini destacaram-se nos anos de 1950 como teóricos importantes da ECD. Seus estudos tinham como propósito entender as condições de estabilidade dos oligopólios, considerando as características das condições ambientais básicas e como estas influenciavam na capacidade e disposição de candidatos potenciais integrarem uma organização industrial. Essas condições de entrada referiam-se às barreiras de entrada ou à capacidade de novas empresas ingressarem e competirem em um setor industrial. (FAGUNDES e PONDÉ, 1998).

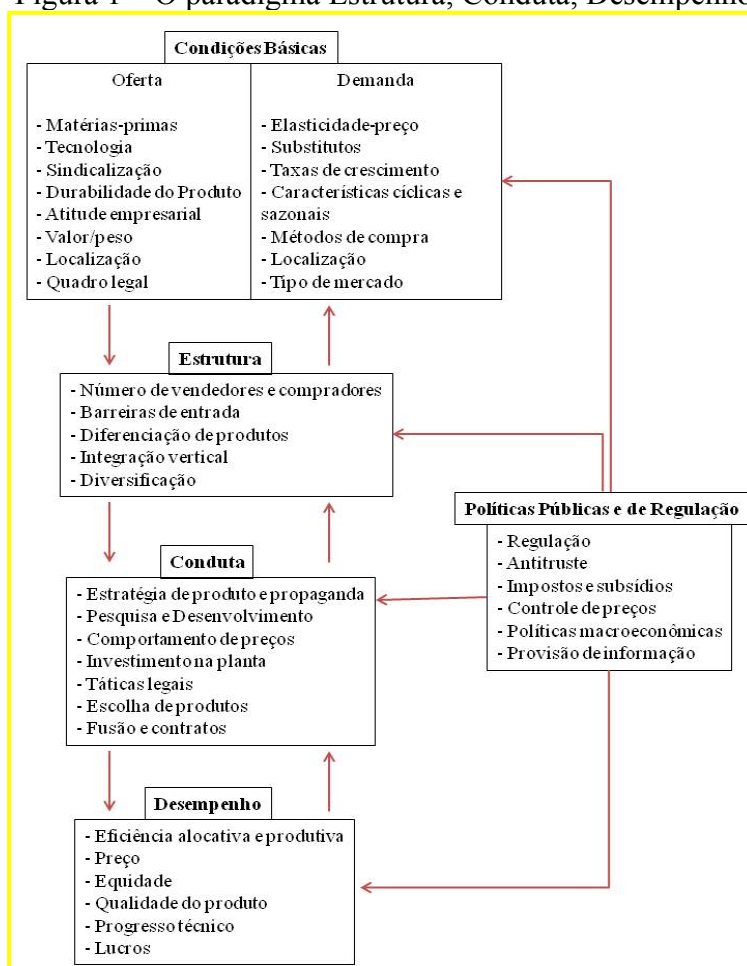
A instabilidade crescente da economia e o aumento de poder das corporações era manifestada pelas avaliações dos cartéis e pelos exames de condições de monopólio decorrentes das ações de políticas de preços e produção das empresas que operavam em grande escala. Tal período demandava arcabouços teóricos e metodológicos para entender a capacidade de grandes empresas em modificarem o ambiente, influenciando o comportamento da estrutura de mercado ao qual pertencem. (Fiegenbaum, 2013). Era justamente esta relação causal que Mason tinha em seus estudos ao considerar as diferentes reações às mudanças em condições de custos e demanda e as consequentes condutas sobre o funcionamento da economia. Tais diferenças de estruturas de mercado e conduta levariam aos diversos níveis de desempenho (FONTENELE, 2000).

Entretanto, Farina (1999, p. 22) afirma que a “literatura da Organização Industrial tem sistematicamente mostrado que não há uma relação causal simples e unidirecional entre estrutura de mercado, a conduta (estratégia) das firmas e o desempenho do mercado”. Para a autora, é preciso considerar os fluxos de interações das estruturas dos mercados, bem como os padrões de concorrência e demanda. Marion Filho (1997, p. 34), concorda com Farina ao destacar que, ao longo dos anos, o sentido de causalidade das variáveis do modelo ECD foi se transformando, sendo que as versões consideradas modernas, “abandonaram o sentido de casualidade unidirecional e procuraram tratar as estruturas de mercado como sendo endogenamente determinadas”.

**Dosi e Egidi (1991)** bem como Hasenclever e Torres (2013) apontam para as relações interdependentes das variáveis do modelo ECD. Os autores afirmam que este modelo apresenta efeitos de encadeamento, pois uma mudança de conduta (investimento em pesquisa e desenvolvimento e desestímulo à propaganda, por exemplo) pode alterar o paradigma desta organização industrial (condição de oferta), modificando conseqüentemente a estrutura de custo e de diferenciação de produto. Logo, as condutas não são independentes dos desempenhos.

Este é o ponto que justifica a escolha da abordagem Estrutura-Conduto-Desempenho para compreender a organização da indústria de tabaco diante das transformações que estão ocorrendo no mercado atual, como redução de consumo, entrada de novos produtos, políticas regulatórias, etc. O modelo ECD apresentado na figura 1 demonstra que o desempenho não é determinado exclusivamente e unidirecionalmente pela estrutura e pela conduta, sendo que o mesmo pode determinar os elos anteriores.

Figura 1 – O paradigma Estrutura, Conduta, Desempenho



Fonte: Adaptado de HASENCLEVER; TORRES, 2013, p. 45.

Na perspectiva da ECD, um indicador que já pode ser identificado pelo conjunto de informações sobre o setor industrial de tabacos trata da estrutura dessas empresas, quanto à diferenciação e

diversificação. Inicialmente, tem-se uma diversidade de produtos do tabaco, como charutos, cigarrilhas, cigarros convencionais de diferentes marcas, sabores e intensidade dos filtros. Segundo **Lo-sekann e Gutierrez (2013)**, a diferenciação de produtos decorre de fatores subjetivos, mas se relacionam com atributos de especificação técnica, desempenho ou confiabilidade, durabilidade, ergonomia e *design*, estética, custo de utilização do produto, imagem e marca, formas de comercialização, assistência técnica e suporte ao usuário, ou até mesmo de demandas de regulações políticas.

Porém, ainda é difícil medir essa mudança das mercadorias e as preferências dos consumidores. Para tanto, foi possível organizar informações disponíveis na PIA-IBGE para inferir sobre o principal elemento estrutural do modelo ECD, as barreiras estruturais à entrada. Conforme **Fagundes e Pondé (1998)**, as barreiras são estáveis e alteram-se lentamente no tempo e quando novas empresas conseguem ultrapassar essas barreiras, as estruturas não são modificadas imediatamente, mas condicionam a conduta dos entrantes.

As barreiras são assim estruturantes do comportamento e caracterizam as vantagens das empresas estabelecidas frente as potenciais entrantes. Essas barreiras são classificadas como: a) vantagens absolutas de custos decorrentes do controle de métodos de produção, insumos, equipamentos, mão de obra qualificada ou crédito favorecido; b) vantagens de diferenciação de produtos consolidada através de marcas, sistemas de distribuição protegidos ou permanente inovação de produtos decorrentes de programas estruturados de pesquisa e desenvolvimento; c) economias reais ou monetárias, de escala de produção, distribuição, promoção de vendas e acesso a mercados relevantes ante o tamanho do mercado. (**FIEGENBAUM, 2013**).

Quando tratamos de conduta, podemos dizer que esta etapa está diretamente relacionada à estrutura das empresas, já que tem como indicadores pesquisa e desenvolvimento, fusão e contrato, estratégias de produto e propaganda, o que já fora exemplificado anteriormente na figura 1. Nesse aspecto, a indústria fumageira sofre pressões constantemente com as políticas de intervenção estatal e regulações (**PINTO JR. e FIANI, 2013**), especialmente quanto à divulgação de novos produtos e propagandas e definição de preços mínimos no mercado varejista. Para superar tais regulações, as empresas adotam estratégias de divulgação de seus produtos que não utilizam o *marketing* convencional, valendo-se das mídias sociais para promoção dos novos e convencionais cigarros e derivados, o que pode influenciar o desempenho destas empresas nos setores de atuação.

O tempo é um fator decisivo na conduta das empresas em relação ao processo de concorrência estratégica adotada pelas mesmas e que nem sempre trazem os resultados esperados imediatamente. (**KUPFER, 1992 apud Fiegenbaum, 2013**). Ainda, o autor descreve que persiste um sentimento de incerteza com relação ao futuro, o que pode ser um limitante para as empresas avaliarem suas condutas e as estratégias adotadas pela concorrência. Tais estratégias estão adaptadas a um pa-

drão de concorrência de mercado, no caso, do mercado de tabacos e vigoram em um determinado espaço de tempo definindo assim a interação entre estruturas e condutas dominantes no setor.

Ao tratar de desempenho, o primeiro ponto a ser considerado é que este se apresenta de forma multidimensional nas empresas, tratando de questões relacionadas a o que, quanto e como produzir, analisando também a demanda dos consumidores de forma quantitativa e qualitativa. (SCHE-RER e ROSS, 1990). Fiegenbaum (2013) completa esta assertiva, destacando o papel da ciência e tecnologia e como esta abertura torna-se uma vantagem competitiva para as empresas, tanto pelo aumento da produção quanto pela promoção de produtos superiores, contribuindo para o crescimento da renda real em longo prazo.

No caso da indústria de cigarros, especialmente a Philip Morris International<sup>1</sup> e British American Tobacco<sup>2</sup>, já é adotado como estratégia a inserção de pesquisa e desenvolvimento para elaboração de novos produtos. Ambas as empresas possuem um portfólio de produtos denominados de “próxima geração” e incluem produtos de vapor, como cigarros eletrônicos e produtos de aquecimento de tabaco principalmente pela demanda do mercado de cigarros menos poluentes e menos prejudiciais à saúde individual (do fumante) e coletiva (fumantes passivos).

Uma característica extramente importante e que se faz presente no estudo da organização da indústria de tabaco no Brasil é de que a estrutura, a conduta e o desempenho destas empresas são afetadas pelas políticas públicas, políticas regulatórias, condições básicas de oferta e demanda. O modelo ECD permite assim compreender as estratégias das empresas ao longo do tempo, considerando não somente as condições de mercado, mas questões que ultrapassam a fronteira econômica, especialmente aquelas relacionadas à mudança na estrutura, conduta ou desempenho em função também das políticas regulatórias. Destarte, a criação de mecanismos ou estratégias diante de um mercado oligopolizado e com enormes regulações pode contribuir de forma decisiva na operacionalização das ações deste setor.

## 2.2. Método

O método empregado consiste em obter informações sobre a indústria de tabaco que contemplem os diferentes elementos teóricos da ECD para analisar os elementos de estrutura, de conduta e do desempenho da indústria de tabaco brasileira entre 1996 e 2014. As informações são

---

<sup>1</sup> Segundo sítio da PMI, “o tabaco em um cigarro queima a temperaturas superiores a 600°C (...) Mas IQOS aquece o tabaco a temperaturas muito mais baixas, abaixo de 350°C, sem combustão ou fumaça.(...) os níveis de produtos químicos nocivos são significativamente reduzidos em comparação com a fumaça do cigarro”. Disponível em: <https://www.pmi.com/science-and-innovation/heated-tobacco-products> Acessado em junho de 2017.

<sup>2</sup> De acordo com o sítio da BAT, estão “dedicando tempo, fundos e recursos significativos para ampliar essa escolha para incluir produtos alternativos de tabaco e nicotina que ofereçam aos consumidores alternativas potencialmente menos arriscadas para fumar cigarros regulares.(...) no desenvolvimento de um portfólio mundial de produtos na categoria NGP - (...), mas também porque há benefícios claros para a sociedade, potencialmente ajudando a reduzir doença relacionada ao tabagismo”.Disponível em: [http://www.bat.com/group/sites/UK\\_\\_9D9KCY.nsf/vwPagesWebLive/DO9DCGT9](http://www.bat.com/group/sites/UK__9D9KCY.nsf/vwPagesWebLive/DO9DCGT9) Acessado em junho de 2017.

de duas ordens. A primeira decorre de literatura acadêmica e jornalística especializada, bem como de consulta a sítios eletrônicos de associações setoriais e empresas. Com elas, identificaram-se elementos de Condições Básicas e de Políticas Governamentais, gerando contextualização internacional e nacional da indústria de tabaco e da regulamentação governamental do setor no Brasil, pano de fundo para a identificação da estrutura setorial. Estas fontes e esta forma de coleta de informações também subsidiaram dossiês de condutas recentes utilizadas pelas empresas multinacionais de atuação no setor fumageiro no Brasil.

A segunda ordem de informações utiliza a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE e a RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Calculam-se indicadores que subsidiam a caracterização da estrutura e do desempenho da indústria de tabaco nacional. Tais indicadores contemplam: a) as barreiras estruturais à entrada – mediante os custos produtivos, a produtividade do fator trabalho e a estimativa de concentração setorial na fabricação de cigarros; b) o desempenho, mediante as medidas de margens de lucros e dos investimentos do conjunto de empresas de processamento de fumo e fabricação de artigo de fumo no Brasil.

O método desdobra-se em quatro etapas complementares. Inicialmente, empreendeu-se um levantamento bibliográfico e histórico sobre a estruturação do setor de tabaco no Brasil e a relação com as atuais políticas regulatórias do consumo e produção. Estas informações, no marco teórico da ECD, mapeiam as Condições Básicas e as Políticas Públicas que condicionam a estrutura de concorrência setorial.

A seguir, buscou-se obter indicadores estruturais e de desempenho do conjunto das empresas atuantes no Brasil mediante informações do banco de dados PIA, dos anos 1996 até 2014, e de emprego nas empresas de fabricação de cigarros da RAIS-MTE, dispostas por município, para o intervalo de 2006 a 2015<sup>3</sup>. Para contemplar a conduta das empresas, consultaram-se relatórios para investidores, artigos acadêmicos e jornalísticos sobre a atuação global das principais multinacionais que têm subsidiárias no Brasil. O último passo consistiu na análise dos indicadores, tendo por pano de fundo as condições básicas de mercado e as políticas que afetam o setor.

### **3. O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DE TABACOS NO BRASIL**

Originário do continente americano, o tabaco disseminou-se por este território com as migrações indígenas (FROZZA, 1998). Com as expedições europeias à América que se teve a expansão do tabaco no mundo, uma vez que o ato de fumar fora introduzido no hábito europeu a partir da crença nas propriedades “curandeiras” ou farmacológicas da planta. Assim, o tabaco

---

<sup>3</sup> Utilizou-se a relação de empresas autorizadas a fabricar cigarros, divulgada pela Receita Federal para os anos de 2016 e 2017. Identificou-se a localização das fábricas, descartando as unidades apenas processadoras de fumo. Para a grande maioria das situações, há uma fábrica para cada município. Exceções são Duque de Caxias e Venâncio Aires. Além deste contratempo, o procedimento projeta a autorização de fabricação de 2016/17 para anos anteriores. Embora tais condições impliquem algum viés, o ganho informacional da estimação de concentração é recompensador.

chegou à Holanda, à Alemanha, à Rússia e à Ásia. Mais tarde, expandiu-se para a Tartária, chegando também à África, como meio de troca por escravos, à Ásia Menor, à Grécia, à Polônia e em todos os reinos da Europa ainda nos séculos XVI e XVII (SILVA, 2002).

Se antes o tabaco era destinado ao escambo de escravos, com a abertura dos portos (1822) o produto encontrou grande mercado consumidor na Europa, aumentando em 361% as exportações. (FURTADO, 1991). Estas lavouras do sul produziam um tipo de fumo diferente que tinham maior demanda no mercado europeu, como o tipo Virgínia. Mas somente em 1920 o tabaco Virgínia ganhou notoriedade na produção sulista juntamente com a variedade chinesa – ou fumo amarelinho – ambos produzidos até os dias de hoje. (NARDI, 1985; VOGT, 1997).

Neste mesmo período, a empresa brasileira de Albino Souza Cruz associou-se com a British American Tobacco (B.A.T), em 1914, com objetivo de ampliar a produção e comercialização de cigarros. Surgiu assim em Santa Cruz do Sul (RS) *The Brazilian Tobacco Corporation*, em 1917, que depois deu origem à Companhia Brasileira de Fumos em Folha (1920) e posteriormente à Souza Cruz (1955), ambas com controle da B.A.T. (VOGT, 1997). O século XX trouxe vigor e ânimo à indústria de cigarros com o aumento da exportação. Buscava-se atender às exigências do mercado internacional, como folhas finas e sedosas para a Austrália; folhas secas e destaladas, castanhadas/avermelhadas para a Inglaterra; folhas muito claras, elásticas e resistentes para a Alemanha. (NARDI, 1985).

Na década de 1970, ampliaram-se os investimentos das multinacionais no setor tabaqueiro; expandiram-se ativos dedicados, ligados à tecnologia, o que trouxe desenvolvimento econômico para a região de Santa Cruz do Sul, a qual ficou consolidada como o segundo maior centro de comércio internacional do tabaco. (VOGT, 1997). Nesse mesmo período, técnicos estrangeiros vieram para Brasil para acompanhar e inspecionar a produção, buscando melhoria na qualidade, a qual, segundo Silva (2002) era muito criticada pela indústria e pelos órgãos que representavam os produtores rurais. A proposta era melhorar o plantio e desenvolver o fumo para o preparo dos chamados *blends*: misturas de fumo que se tornam características de cada marca, dando assim sua distinção no produto final.

É importante ressaltar o papel do governo como incentivador da entrada das fumageiras com capital multinacional no país, principalmente nos anos de 1970 e 1990. Segundo Silva (2002) e Vogt (1997), os incentivos eram desde isenção de impostos até garantias de manter a economia protecionista, reforçando as exportações, com domínio definitivo do capital internacional no setor e nas regiões produtoras<sup>4</sup>. Ao longo dos anos oitenta e no início dos anos noventa, o setor tabaqueiro

---

<sup>4</sup>Na década de 1970 a Universal Leaf Tobaccos, instalou uma fábrica em Blumenau. Já nos anos de 1980 outras fábricas também já estavam adquirindo a produção de tabaco do sul do país, a saber: Fumossul, R. J. Reynolds, Ligett & Myers do Brasil, Kannenberg & Cia. e Verafumos. Mesmo que algumas já sejam extintas, também proporcionaram a integração com os produtores rurais, formando o conhecido Complexo Agroindustrial do Tabaco. (SILVA, 2002).



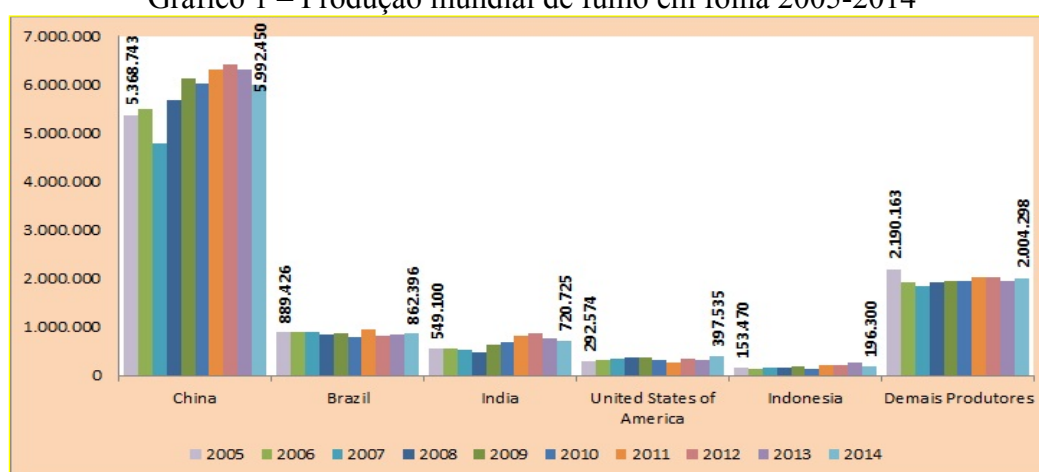
crecia significativamente, chegando a uma produção de aproximadamente 570 mil toneladas na safra 1992/1993, colocando o Brasil no patamar de maior exportador de fumo em folha do mundo.

Portanto, a estrutura econômica criada pelos governos, especialmente pelo crédito oficial, associado a um setor oligopolizado que conseguia diversas facilidades em negociações permitiu que houvesse uma ampliação da produção rural, adotando com isso o pacote tecnológico proposto pelas empresas. As pequenas empresas locais, com problemas financeiros recorrentes passaram a ser adquiridas pelo capital internacional, promovendo um avanço do oligopólio na região sul do país. Observa-se que são poucas empresas responsáveis pela compra de toda a produção da folha, enquanto que centenas de milhares de produtores rurais vendem o produto, o que tende a gerar poder de barganha às companhias beneficiadoras.

### 3.1. Dimensão do setor de tabacos.

Hoje, juntamente com Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná formam a tríade nacional com maior potencial de exportação de fumo do Brasil, sendo também um dos maiores conglomerados de tabaco do mundo. Em termos internacionais, a produção de fumo em folha o Brasil é o segundo maior produtor de fumo em folha, perdendo para a China, cuja oferta anual é sete vezes e meia superior à brasileira, com base nos dados do Observatório do Tabaco e do Relatório de 2014 da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAOSTAT). O gráfico que segue mostra o comportamento da produção nos principais países produtores de 2005 a 2014.

Gráfico 1 – Produção mundial de fumo em folha 2005-2014



Fonte: Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco (2017) com base em FAOSTAT.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1990 a 2009, o volume de produção de fumo em folha no país cresceu 94%. Por outro lado a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) aponta um declínio de 37,7% na produção de fumo na região sul do Brasil entre os anos de 2005 e 2016, sendo que estes dados referem-se somente aos fumicultores do Sul associados à AFUBRA, o que não representa o todo dos produtores agrícolas de tabaco.

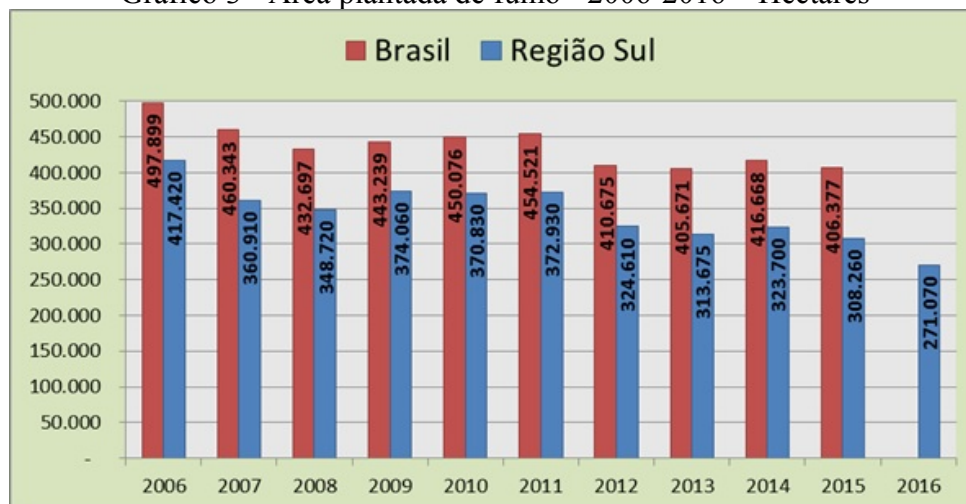
Gráfico 2 - Produção brasileira de fumo em folha - 2005-2016 – (toneladas)



Fonte: Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco (2017) e com base em AFUBRA.

Entre os anos de 1990 e 2003, produzia-se em média 554 mil toneladas de fumo/ano, sendo que em 2004, o Brasil alcançou um patamar de produção mais elevado, mantendo um volume entre 800-900 mil toneladas/ano, o que se elevou ainda mais em 2011, aproximadamente 950 mil toneladas/anos. Já a produção da região sul teve seu pico em 2006, com quase 850 mil toneladas/ano, mas na safra de 2016 essa produção caiu para 525.221 toneladas/ano. Entre 2006 e 2014 a produção de fumo em folha demonstrou oscilações, tendo declinado anualmente a partir de 2011, tanto no Brasil como na Região Sul, o que corrobora com a redução da área plantada também nesse período.

Gráfico 3 - Área plantada de fumo - 2006-2016 – Hectares

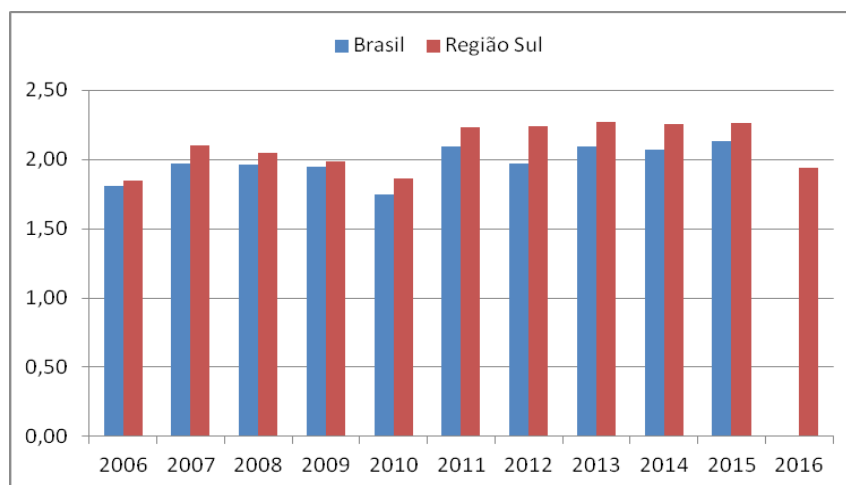


Fonte: Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco (2017) com base em AFUBRA e IBGE.

Segundo o **Observatório do Tabaco (2017)**, há uma concentração da produção de fumo nas propriedades que apresentam alta produtividade por hectare, assim como uma disposição à mecanização, direcionando a produção para áreas mais planas e com maior extensão territorial. Conforme dados do IBGE/SIDRA, a média da área plantada entre 1990 e 2003 foi de 329 mil hectares. Em 2004, aumentou para aproximadamente 462 mil hectares. Nos últimos doze anos, a

área plantada vem se mantendo estável, alcançando uma média anual de 451 mil hectares. Porém, de 2012 a 2015, identifica-se queda de 10% para região sul.

Gráfico 4 - Produtividade da terra 2006-2016, Toneladas por Hectare/Ano



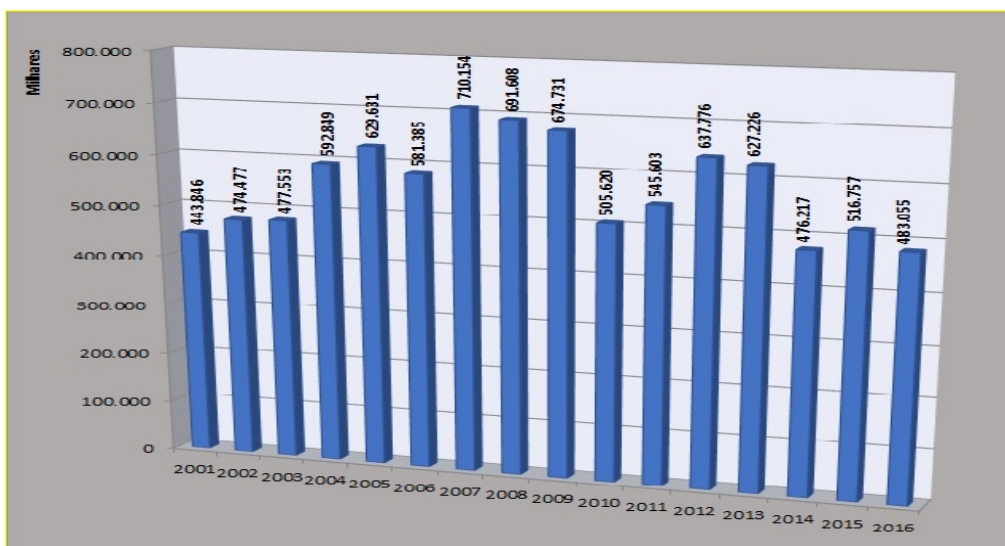
Fonte: Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco (2017) com base em AFUBRA e IBGE.

A produtividade média por hectare da Região Sul é um pouco superior à do Brasil, mesmo com o grande peso desta região no total nacional. Isto aponta para uma disparidade de produtividade de uma propriedade no sul para uma análoga em outra parte do território. O período de 2012 a 2015 apresentou uma redução na área plantada no Brasil e na Região Sul. Já 2011 a 2015 corresponde a um aumento de produtividade de 10% sobre o patamar histórico de cerca de 2 toneladas de fumo por hectare, ou seja, no sul passou-se a colher 2,20 toneladas por hectare e a média brasileira superou a barreira de 2 t/ha. No período recente, a redução de área tem sido compensada pelo aumento de produtividade.

Com base nos dados do sistema Aliceweb2 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, tem-se que as exportações nacionais de fumo tiveram crescimento entre os anos de 2000 a 2009, fumo em folha pré e pós-processamento. O país exportou entre 2000 e 2004 uma média de 353 mil toneladas (fumo preprocessed), chegando a mais de 500 mil toneladas em 2007. Retomando o gráfico 3, observa-se que em 2006 teve-se a maior área de plantação de tabaco o que resulta na maior taxa de exportação no ano seguinte, 2007.

Ainda comparando os dados dos gráficos 3, 4 e 5, nota-se que a menor exportação deu-se no ano de 2014 seguido de 2016, o que também ocorreu com a redução da área plantada, no entanto, a produtividade ficou praticamente a mesma. É importante destacar que com a mudança cambial da desvalorização do real frente ao dólar, ocorreu uma pequena elevação no volume exportado em 2015, reduzindo mais uma vez em 2016, em torno de 6,5%.

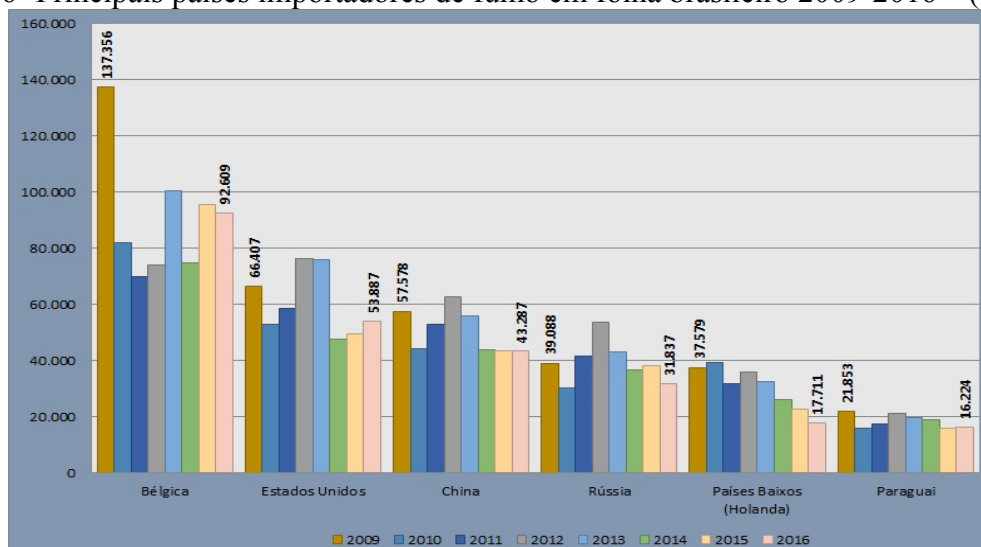
Gráfico 5 - Fumo em folha brasileiro exportado - 2001-2016 (Toneladas)



Fonte: Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco (2017) com base em Sistema Aliceweb2-MDIC.

Esse mesmo sistema do MDIC mostra que o tabaco brasileiro é exportado para basicamente seis países: Bélgica (19%), Estados Unidos (11%), China (9%), Rússia (7%), Holanda (4%) e Paraguai (3%). A Bélgica, principal importadora, é a porta de entrada para o produto para a Holanda, Alemanha, Suíça e França, em função do Porto de Antuérpia (gráfico 6). De acordo com os dados do MDIC, a exportação do tabaco brasileiro oscilou ao longo dos últimos anos, mas de forma geral apresenta um declínio. Enquanto que em 2009, a exportação para a Bélgica era de aproximadamente 137 mil toneladas, em 2016 esse valor caiu para 92 mil toneladas. Já as exportações para China mantiveram-se nos últimos três anos no mesmo patamar, também demonstrando queda em relação ao valor exportado em 2009.

Gráfico 6- Principais países importadores de fumo em folha brasileiro 2009-2016 – (toneladas)



Fonte: Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco (2017), com base em Sistema Aliceweb2-MDIC.

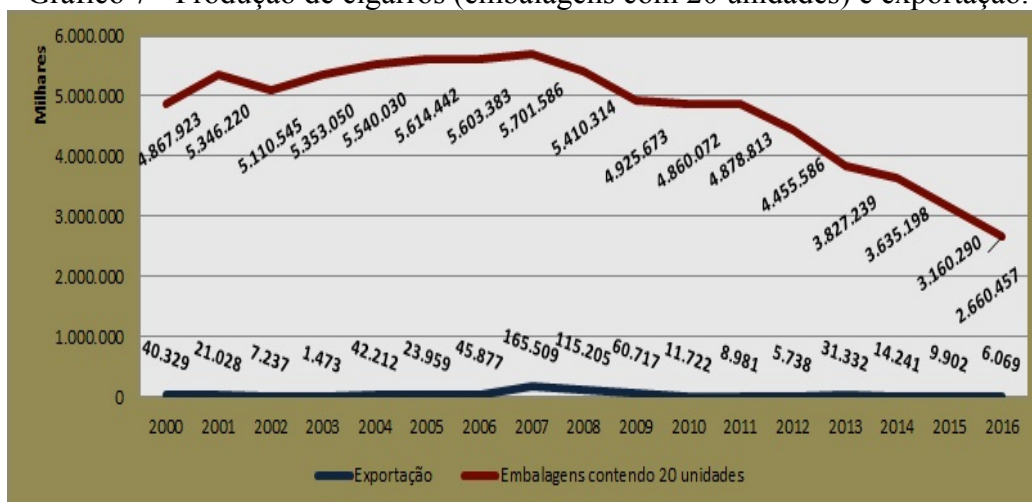
Tabela 1 - Exportação de Fumo e Cigarros entre 2011 e 2013

País	A			B			B / A
	Importações Totais do País Selec.			Exportações do Brasil para o País Selec.			Participação do produto Brasileiro em 2013
	2011	2012	2013	2011	2012	2013	
Bélgica	1.333.034	1.268.935	1.453.150	359.572	397.994	597.305	41%
China	1.137.964	1.316.016	1.459.659	379.964	477.819	453.881	31%
Estados Unidos	1.568.538	1.872.044	2.219.437	276.760	369.043	410.490	18%
Rússia	1.300.297	1.295.202	1.330.142	190.542	214.120	164.730	12%
Alemanha	2.889.320	2.349.603	2.385.538	168.666	166.555	160.331	7%
Indonésia	591.717	765.562	723.572	134.859	114.853	106.072	15%
Polônia	636.507	597.167	629.244	100.660	120.785	73.885	12%
Demais Países	33.458.886	31.949.243	20.639.213	1.324.164	1.395.818	1.305.444	6%

Fonte: Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco (2017) com base em Radar Comercial-MDIC.

A tabela acima apresenta os totais de importação do fumo em US\$ 1.000 entre os anos de 2011 e 2013 (Importações Totais do País Selecionado- coluna A). Nas colunas identificadas como 'B', estão representados os montantes de fumo exportados para cada país. Nota-se que 41% das importações de fumo feitas pela Bélgica em 2013 tiveram origem nas exportações brasileiras, seguido de 31% pela China e 18% pelos Estados Unidos. Alemanha e Estados Unidos, de forma geral, são os países que mais importaram fumo entre 2011 e 2013. Quanto à produção de cigarros, segundo dados da Receita Federal do Brasil, entre 2000 e 2011, essa produção não sofreu variação, tendo média dos 5.267.670.822 de embalagens produzidas (embalagens com 20 unidades). Após 2012 registram-se quedas sucessivas, representando um declínio de 49% na produção de 2016.

Gráfico 7 - Produção de cigarros (embalagens com 20 unidades) e exportação.



Fonte: Receita Federal do Brasil/MF e Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco (2017).

### 3.2. Regulações e Taxações sobre a Indústria de Tabacos.

Há importantes fatores que devem ser considerados quando se trata da queda da produção e consumo de cigarros no Brasil. Um deles é a elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados

(IPI); outro é a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial de Saúde (OMS). Estes dois fatores impactaram diretamente na elevação do preço unitário da embalagem com 20 unidades, buscando inibir o tabagismo no país, atendendo assim ao artigo 6º da CQCT. Em termos de produção, apenas 6.068.839 embalagens de cigarros foram exportadas em 2016, representando uma queda de 85% se comparado ao ano 2000, com exportação de 45.876.966 unidades, um montante de apenas 0,2% do que foi produzido no ano (mercado interno e externo).

Acredita-se que as iniciativas provenientes da CQCT para controlar o tabagismo através da proibição da propaganda, educação e conscientização da população, proibição de fumar em ambientes fechados e locais públicos, controle do mercado ilegal de cigarros, inserção de mensagens de advertências sanitárias fortes e contundentes nas embalagens dos produtos de tabaco e regulação dos produtos de tabaco quanto aos seus conteúdos e emissões foram as que mais afetaram às grandes companhias multinacionais do setor de tabaco no Brasil e no mundo.

Em 2005, quando da assinatura da CQCT, amplia-se o controle do consumo de cigarro no mundo, mas surgem regulações sobre a quantidade e área plantada. Esse tratado também direciona os países signatários a elevarem impostos e preços do produto do tabaco, bem como a proibição de venda e uso em lugares públicos. De acordo com *The Tobacco Atlas*, os países que introduziram proibições completas, junto a outras medidas de controle do tabaco, conseguiram reduzir significativamente o consumo de tabaco em apenas alguns anos. Portanto, é preciso entender como se comportam as grandes companhias multinacionais frente a regulação e taxação do mercado de tabaco e derivados no mundo. Estas proibições apontam que a redução da propaganda, patrocínios e outras formas de promoção do tabagismo são decisivos na diminuição do consumo.

Nos últimos 20 anos, as companhias transnacionais de tabaco vem sofrendo com as fortes restrições e regulações da legislação brasileira, como restrições de propaganda e comercial de fumo em pôsteres, painéis, cartazes somente dentro dos locais de venda. (Lei nº 10.167/2000). Proibição de associar o tabagismo a atividades esportivas consideradas mais radicais e um banimento quase que total da propaganda direta ou indireta (*merchandising*), propaganda na internet, em estádios, pistas, palcos ou locais similares. (JAQUES, 2010). Baniu-se a propaganda por meio de rádio, jornais, televisão, cinema, revistas, *outdoors* e como patrocínio de equipes esportivas. A partir de 2003, ficou proibido também o patrocínio a atividades culturais, esportivas internacionais, o que se consolidou efetivamente em 2005.

As empresas de tabaco alegam que tais proibições são um obstáculo para que novas pessoas tornem-se fumantes, substituindo aquelas que deixaram de consumir cigarros, buscando muitas vezes formas de “burlar” as determinações oficiais e até mesmo deslocando suas atuações para regiões do mundo com menos proibições. Conforme *Tabacco Atlas*, as empresas tornaram-se cada vez mais criativas em suas tentativas de atrair novos consumidores: o uso de mídia, mídia social, alongamen-

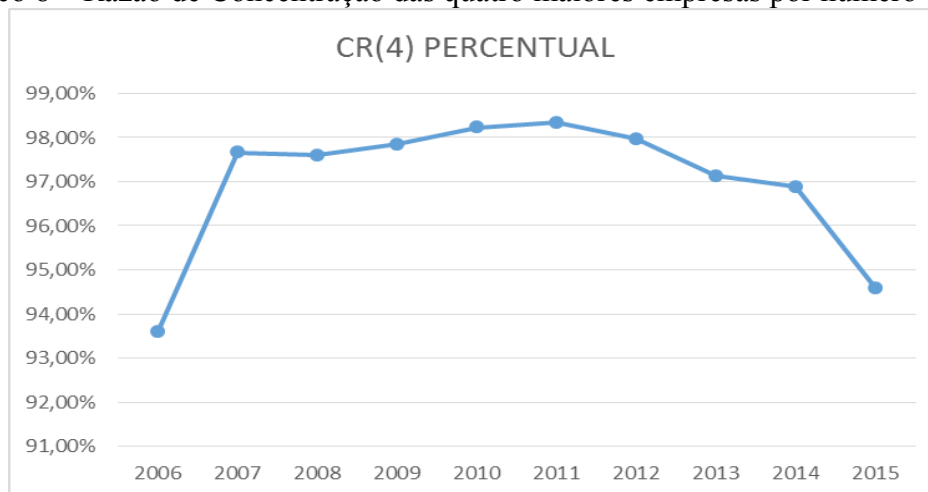
to de marca, colocação de produtos em filmes/programas de TV, promoção de eventos, incentivos de varejistas, patrocínio e publicidade através de mídia internacional, publicidade transfronteiriça, publicidade na Internet e embalagens promocionais são algumas das práticas adotadas para manter a propaganda.

Quanto ao processo de regulação comercial e incidência de impostos sobre os produtos de tabaco tem sido amplamente discutido e questionado pelo setor produtivo brasileiro. Por outro lado, agentes públicos e privados ligados à saúde pública apontam que nem mesmo a arrecadação total de impostos sobre os cigarros são suficientes para cobrir os custos com a saúde de fumantes pelo sistema público (SUS). As alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), especialmente o cigarro, tiveram aumento gradativo nos últimos anos <sup>5</sup>. Por fim, nota-se uma queda que vai desde a área plantada pelos agricultores familiares produtores de tabaco, à quantidade de fumo em folha exportado, bem como queda nos valores relacionados à produção de cigarro e consumo.

#### 4. INDICADORES INDUSTRIAIS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O subsetor de fabricação de cigarros tem características de oligopólio com concentração muito alta (razão de concentração para as quatro maiores empresas CR(4) maior ou igual a 75%). Para o período de 2006 a 2015, a concentração esteve acima de 90%. Isto é um indicador de barreiras concorrenciais ativas na indústria.

Gráfico 8 – Razão de Concentração das quatro maiores empresas por número de ocupados

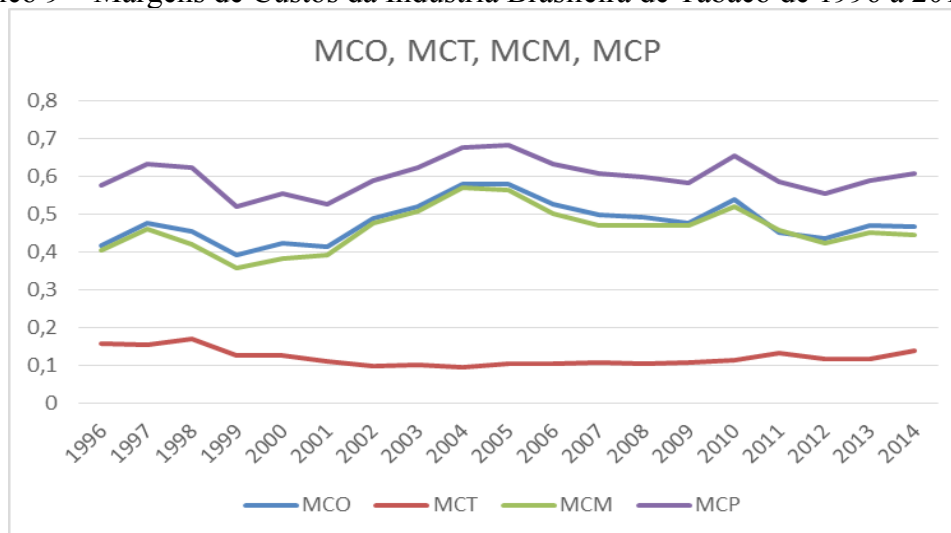


Fonte: RAIS-MTE.

<sup>5</sup> De acordo com a Receita Federal, a partir de 1º de maio de 2016, com Decreto nº 8.656 de janeiro de 2016, os sujeitos passivos podem optar por regime especial de apuração e recolhimento do IPI, no qual o valor do imposto será obtido pelo somatório de duas parcelas, calculadas conforme as seguintes alíquotas: *ad valorem* 63,3% e específica – maço R\$ 1,50 e Box R\$ 1,50. Esse aumento do IPI objetiva ampliar o imposto sobre o cigarro, bem como o preço mínimo do produto no varejo, que atualmente ficou estabelecido em R\$ 5,00. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/regimes-e-controles-especiais>. Acessado em setembro de 2017.

As margens de custos são calculadas mediante a divisão de uma classe de custos pelo Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI). Se as margens de custos caem, significa que as empresas já atuantes no setor de tabacos estão reduzindo seus custos frente o valor bruto de produção, ou seja, estão erigindo ou aumentando a barreira à entrada de novas firmas potenciais concorrentes.

Gráfico 9 – Margens de Custos da Indústria Brasileira de Tabaco de 1996 a 2014



Fonte: PIA Empresa, IBGE

A Margem de Custo de Operação (MCO) abarca o Custo das Operações Industriais formado pela soma dos serviços industriais prestados por terceiros e de manutenção (ST), consumo de peças, acessórios e pequenas ferramentas (PF), compra de energia elétrica e consumo de combustíveis (EC) e consumo de matérias-primas, materiais auxiliares e componentes (M). A Margem dos Custos de Trabalho (MCT) é dada pelo Gasto de Pessoal (GP) com salários, retiradas e outras remunerações (S); previdência social (PS); previdência privada (PP), FGTS, indenizações trabalhistas (IT) e benefícios (B). A Margem dos Custos de Matérias-primas (MCM) mede o consumo em valores monetários de matérias-primas, materiais auxiliares e componentes. A Margem do Custo de Produção (MCP) contempla os Custos das Operações Industriais mais o Gasto de Pessoal.

A margem de custo de trabalho (MCT) cai dos anos de 1996 a 2002. Embora o Valor de Transformação Industrial (VTI) a preços constantes<sup>6</sup> também tenha reduzido de patamar neste intervalo de tempo, teve-se oscilações, ou seja, em alguns anos (1997, 1999, 2001) o VTI reagiu. Logo, houve maior extração de valor agregado por trabalhador com o passar dos anos. Podemos assim inferir sobre o aumento de eficiência do trabalho de 1996 a 2002.

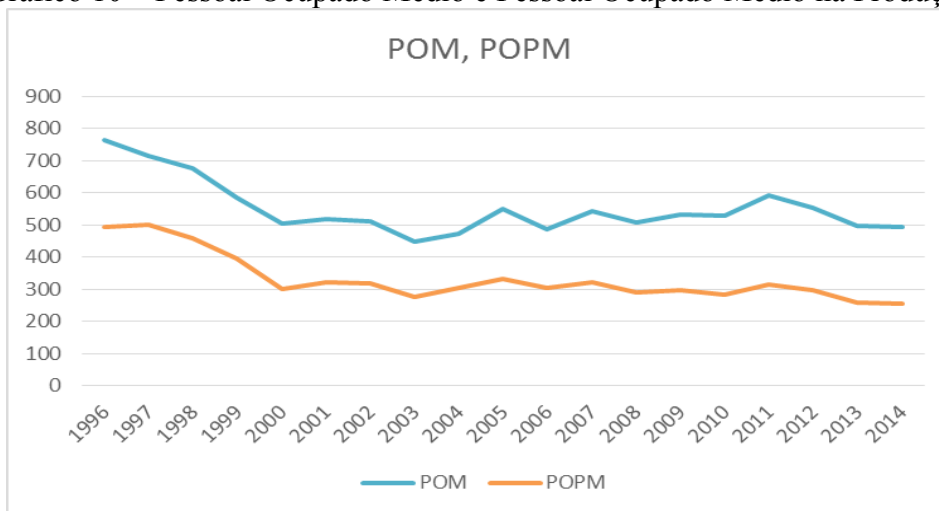
Complementando a avaliação da produtividade do trabalho com as informações de Pessoal Ocupado Médio (POM) por empresa e Pessoal Ocupado Médio na Produção (POMP) por empresa para o intervalo de 1996 a 2014, verifica-se que a queda de pessoal ocupado médio na produção é

<sup>6</sup> Utilizou-se o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas, base 100 ago.1994.



bem significativa. Em 1996, em média, uma unidade produtiva empregava perto de 500 pessoas na produção. Em 2014, empregava 250 pessoas na produção. No entanto, a distância entre POM e POPM não reduziu. O número de empresas aumentou ligeiramente de 28 em 1996 para 33 em 2014. Isto resulta de uma redução do pessoal ocupado médio na produção por empresa na indústria de tabaco neste período.

Gráfico 10 – Pessoal Ocupado Médio e Pessoal Ocupado Médio na Produção



Fonte: PIA Empresa, IBGE

Dada a variação relativamente suave da MCT no Gráfico 9, a grande oscilação da MCP deriva de seu outro componente, os Custos Operacionais Industriais (MCO), os quais trazem entre seus subitens o custo de matérias-primas. O MCM isola o custo de matéria-prima e seus auxiliares. Percebe-se que a MCM, sozinha, produz as fortes oscilações na MCO e na MCP. Logo, o preço do fumo bruto é um componente competitivo muito importante nesta indústria no Brasil. O acesso constante à matéria-prima em volumes adequados às vendas intermediárias ou finais é um fator de barreira aos capitais que pretendem entrar no setor. Uma leve alta da margem de custo do trabalho a partir de 2010 deveu-se ao efeito combinado de recontrações, principalmente de pessoal não vinculado à produção, e alta do salário médio<sup>7</sup>. Desde 2007, o VTI reaproxima-se do nível inicial de 1996.

Em relação à conduta das empresas, pode ser identificado pelo conjunto de informações dos dossiês (Quadro 1) que a conduta das empresas converge para ações de diferenciação de produtos. Tem-se uma diversidade de produtos do tabaco, como charutos, cigarrilhas, cigarros convencionais de diferentes marcas, sabores e intensidade dos filtros. Três dentre quatro grupos multinacionais atuante no Brasil apresentam em sua estratégia global esforços de diversificação para outras indústrias (mesmo que não a pratiquem no Brasil).

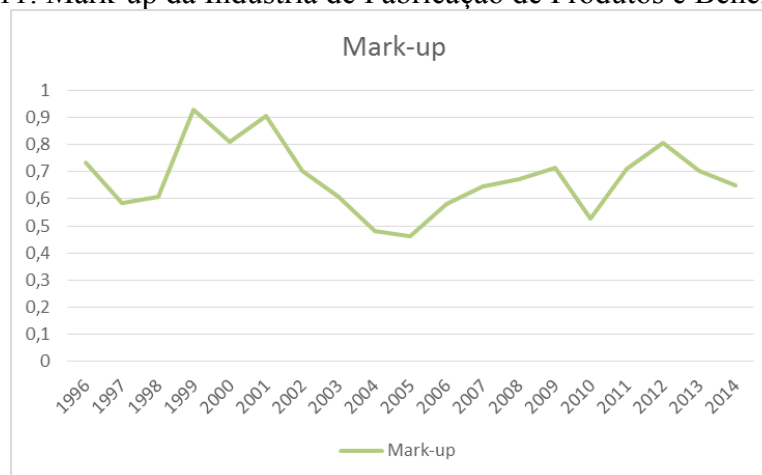
<sup>7</sup> Por limitação de espaço, não se apresentam gráficos de salário médio e salário médio na produção.

Quadro 1 – Conduta empresas multinacionais de tabaco atuante no Brasil			
Empresas	Áreas de atuação	Conjunto de estratégias	Diversificação
BAT	Produção e distribuição de produtos de tabaco e similares	Diferenciação de cigarros, desenvolvimento de marcas, licenciamento de marcas, desenvolvimento de novos produtos sem fumaça. Verticalização para montante. para vantagens de custo e qualidade de produtos.	Não
CNTC	Produção e distribuição de produtos de tabaco e similares	Diversificação de cigarros e desenvolvimento de marcas. Joint-venture com multinacionais para licenciamento de marcas ocidentais e internacionalização. Revenda de marcas estrangeiras dentro da China por consignação.	Dentro da China, a STMA/CNTC coordena várias empresas que adentraram outros ramos como ind. automobilística e geração de energia
JTI	Produção e distribuição de produtos de tabaco e similares	Diferenciação de cigarros, desenvolvimento de marcas, licenciamento de marcas, desenvolvimento de novos produtos sem fumaça. Verticalização (mediante integração com agricultores) para montante. Redução de custos	Fármacos Alimentos congelados.
Altria	Produção e distribuição de produtos de tabaco e similares	Diferenciação de cigarros, desenvolvimento de marcas, desenvolvimento de novos produtos sem fumaça.	Alimentos industrializados. Distribuição de bebidas. Serviços financeiros.

Fonte: Relatórios Anuais das Empresas (2015-2016) <sup>8</sup>

Dentre os indicadores de desempenho, o mark-up é o principal. Ele é estabelecido pela razão entre o Excedente Líquido – a diferença entre o VTI e o Gasto com Pessoal – e a soma dos Custos das Operações Industriais com o Gasto de Pessoal.

Gráfico 11: Mark-up da Indústria de Fabricação de Produtos e Beneficiamento



Fonte: PIA Empresa

Embora a medida da relação da razão de concentração CR(4) seja para a fabricação de cigarros e do mark-up seja para a indústria de fabricação de produtos e beneficiamento de tabacos, os dois conjuntos apresentam tendência de movimento sincronizado para o período de 2006 a 2014. A razão de concentração cresce de 2006 para 2007, e mantém-se acima de 97,5% até 2012, ano que apresenta 98% de concentração.

Em 2013 e 2014, tanto a razão de concentração como as margens de lucros industriais caem.

<sup>8</sup>Houve maior dificuldade de acesso de informações da CNTC; a informações de sua conduta são mais dispersas no tempo, não se limitam ao horizonte temporal de 2015/16. Para detalhes, Macaub (2014), He *et al.* (2013).

Ainda quanto ao intervalo 2006 a 2014, há uma queda pontual e abrupta das margens de lucros em 2010. Isto coincide com a elevação forte da margem de custos de matéria-prima (MCM). Os gráficos 2 e 4 revelam que este foi um ano de baixa produção de fumo no Brasil, com quebra de produtividade da terra e pequeno volume de fumo exportado comparativamente a anos adjacentes. A relação direta entre este fator de custos e os lucros setoriais corrobora a importância do acesso à matéria-prima como elemento concorrencial nesta indústria.

## 5. CONCLUSÕES

O setor de tabacos brasileiro está imerso em uma institucionalidade internacional que direciona para uma menor produção de fumo e de produtos industriais dele derivados. O impacto mais significativo na produção setorial brasileira se faz notar na abrupta redução de cigarros no país na última década. Desde 2007, há um marcante movimento de redução da fabricação de cigarros. Por outro lado, a produção de fumo em folha mantém-se no mesmo patamar de uma década atrás. Isto indica um aumento de importância do beneficiamento de fumo na atividade industrial setorial doméstica. A partir de 2012, percebe-se em paralelo à diminuição da fabricação de cigarros um redução na concentração das quatro maiores concorrentes de cigarros e redução do mark-up no setor de tabacos.

Nas estratégias globais das multinacionais, revela-se o desenvolvimento de novos produtos para superar um dos efeitos colaterais do tabagismo, a fumaça decorrente do consumo de charutos e cigarros. Um tema para outras investigações é compreender se há participação das subsidiárias nacionais neste esforço. Há significativas barreiras à entrada na indústria de tabaco brasileira. Entre as principais estão o custo da matéria-prima, a produtividade dos trabalhadores de produção nas unidades de fabricação e processamento de fumo, e o desenvolvimento de marcas de produtos finais (principalmente cigarros).

## 6. REFERÊNCIAS

- BEM, J. S. Estrutura – conduta – desempenho de mercado das indústrias. **Análise**, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 523 – 538, 1991.
- BOEIRA, S. L. **Atrás da Cortina de Fumaça**: Tabaco, Tabagismo e Meio Ambiente: Estratégias da Indústria e dilemas da crítica. Itajaí: Univali, 2002.
- DOSI, G; EGIDI, M. Substantive and procedural uncertainty. An exploration of economic behavior in changing environments. **Journal of Evolutionary Economics**, 1991 April, p. 145-165.
- FAGUNDES, J.; PONDÉ, J. Barreiras à Entrada e Defesa da Concorrência: Notas Introdutórias. Texto para Discussão nº1, **Cadernos de Estudo**, Universidade Cândido Mendes, 1998.
- FARINA E. M. M. Q.; SAES, M. S. M. **O agribusiness do café no Brasil**. São Paulo: IPEA, 1999.
- FIEGENBAUM, J. **A evolução da organização e da localização espacial da Agroindústria do Leite no**

- Rio Grande do Sul. 2013. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia & Desenvolvimento – UFSM.
- FONTENELE, A. M. De Manson e seus estudos de casos à firma jogando em um contexto estratégico: uma história do progresso nas teorias da organização industrial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 32-57, 2000.
- FROZZA, Ari *et alii*. **O PRONAF e a integração fomicultor e a agroindústria fumageira**. Curitiba: DESER. 1998.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional. 1991. 24ed.
- HASENCLEVER, L.; TORRES, R. O Modelo Estrutura, Conduta e Desempenho e seus desdobramentos. In: KUPFER, D; HASENCLEVER, L. (orgs.) **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- JAQUES, T. A. **Impasses e estratégias: Convenção-quadro e controle do tabagismo no Brasil (1986-2005)**. – Rio de Janeiro: s.n., 2010. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz
- KUPFER, D. Barreiras Estruturais à Entrada. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (orgs.) **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- LOSEKANN, L.; GUTIERREZ, M. Diferenciação de Produto. In: KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. (orgs.) **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- MARION FILHO, P. J. **A evolução e a organização recente da indústria de móveis nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. 1997. 151f.** Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Escola Superior da Agricultura Luiz de Queiroz. ESALQ / USP, Piracicaba, 1997.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relatório anual de informações sociais (RAIS)**. Banco de dados. Brasília.
- NARDI, Jean-Baptiste. **A história do fumo brasileiro**. Rio de Janeiro, ABIFUMO, 1985.
- OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO. **Produção de Fumo e seus Derivados**. 2017. Disponível em: [http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio\\_controle\\_tabaco/site/home/dados\\_numeros/producao\\_fumo](http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/dados_numeros/producao_fumo)
- \_\_\_\_\_. **Exportação de fumo e seus derivados**. 2017. Disponível em: [http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio\\_controle\\_tabaco/site/home/dados\\_numeros/exportacao\\_de\\_fumo](http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/dados_numeros/exportacao_de_fumo)
- PINTO JR, H. Q.; FIANI, R. Regulação Econômica. In: KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. (orgs.) **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- SCHERER, F.M.; ROSS, D. **Industrial market structure and economic performance**. 3 ed. Chicago: Raud Mc Nally e Co, 1990.
- SILVA, Leonardo Xavier. **Análise do Complexo Agroindustrial Fumageiro Sul Brasileiro sob o Enfoque da Economia dos Custos de Transação**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. (Tese de Doutorado de Economia).
- VOGT, Olgário Paulo. **A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul: 1849-1993**. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 1997. 283p.